

**Notas informativas****Conselho Superior de Competitividade e Tecnologia da Fiesp (Conic)**

A reunião do Conic, presidida pelo Diretor titular do Departamento de Competitividade e Tecnologia, José Ricardo Roriz Coelho, contou no dia 10 de agosto com a participação do Diretor-titular do DMA, Nelson Pereira dos Reis que discorreu sobre a Conferência Rio+20 fazendo um balanço dos resultados. Segundo Dr. Nelson Reis, o Balanço é positivo, já que a Conferência representou avanços na governança mundial da temática da sustentabilidade com o fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), além de mobilizar atores para se estruturar o arcabouço institucional quanto ao financiamento internacional para o assunto. Também na ocasião, foi feita uma apresentação sobre o Código Nacional de Inovação, que está em consulta pública, pelo Secretário Executivo da Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras, Naldo Dantas. Completaram a mesa, o embaixador Adhemar Bahadian e o presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (Anpei), Carlos Calmanovici.

**Relatório DMA/Fiesp na Rio+20**

DMA/Fiesp lança relatório de atividades que apresenta a sua participação, além do Espaço Humanidade 2012, no Forte de Copacabana, em uma da série de eventos paralelos que ocorreram na cidade do Rio de Janeiro entre os dias 11 e 22 de junho, referentes à realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio + 20. Para visualizar ou fazer o download do documento acesse: Fiesp, <http://bit.ly/Nny1Hd>.

**Perguntas Frequentes sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)**

Cartilha tem o objetivo de responder perguntas frequentes a respeito da Lei Federal 12.305/10 e do Decreto 7.404/10, que dispõe sobre princípios, objetivos e instrumentos, bem como as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluindo os perigosos. Além disso, determina as responsabilidades dos geradores e do poder público, e os instrumentos econômicos

aplicáveis. Para fazer o download acesse Fiesp, <http://bit.ly/MgGglW>.

**Cartilhas série Meio Ambiente Cartilha 4: Ar**

Cartilha destaca o envolvimento crescente do setor produtivo na questão ambiental e indica um compromisso real e uma ação efetiva no sentido de construir a sustentabilidade. Quando empresas e suas entidades representativas dedicam-se a projetos sociais ligados à educação, empregabilidade e reinserção social há uma contribuição efetiva para o desenvolvimento sustentável. E é nesse contexto que se insere a recente publicação da Associação Comercial e Industrial de Piracicaba (Acipi): tema Ar. Para fazer o download acesse Acip, <http://bit.ly/MDjjXX>.

**Seminário Tendências Ambientais - Apibla/Sipla**

O Seminário "Tendências Ambientais", organizado pela Associação Brasileira das Indústrias de Produtos de Limpeza e Afins (Abipla) e pelo Sindicato Nacional das Indústrias de Produtos de Limpeza (Sipla), ocorreu no dia 13 de agosto promovendo um debate composto por três painéis: Mudança do clima, Biodiversidade, e Avaliação de Ciclo de Vida e Rotulagem Ambiental. Rui Alves de Oliveira, do DMA/Fiesp, foi o moderador do Painel sobre Mudança do Clima, que

contou com a apresentação de Juliana Speranza, do Instituto Ethos, tratando do processo de criação das várias políticas estaduais sobre mudança do clima, e sua relação com a Política Nacional deste tema e com a temática da Produção e Consumo Sustentáveis. Já a especialista Maria Marta T. Vasconcelos, do DMA/Fiesp, proferiu palestra no tema "Avaliação de Ciclo de Vida e Rotulagem Ambiental", colocando o ponto de vista da indústria e a sua atuação nesses temas, no Brasil e no exterior, bem como contextualizando o uso dessas ferramentas, seus desafios e oportunidades, no mercado interno, junto aos consumidores finais e empresariais, bem como no acesso ao comércio internacional. O Seminário também promoveu o painel "Biodiversidade", cuja mesa formada por especialistas na área, tratou especificamente da complexidade jurídica e institucional acerca do acesso ao patrimônio genético brasileiro.

### **Mudança do Clima.....**

#### **Plano Setorial para a Indústria – Consulta Pública**

O Decreto nº 7390 de 09/12/2012, que regulamenta a Política Nacional de Mudanças Climáticas, estabelece a elaboração de Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima, que consistem fundamentalmente, em estratégias para a redução das emissões de CO<sub>2</sub> nos vários setores da Economia. Estes Planos foram elaborados entre junho de 2011 a abril de 2012 pelo Governo, sendo que aqueles voltados para a Indústria, para a Mineração, para o Transporte e mobilidade urbana, e para o setor de Saúde, encontram-se disponíveis para Consulta Pública por meio do site: <http://www.mma.gov.br/images/consultasclima/2-industria.pdf>.

#### **Pequenos cortes são desafio para o País continuar reduzindo desmate**

Quase dois meses depois de anunciar que em 2011 a Amazônia sofreu a menor taxa histórica de desmatamento e diante da expectativa de seguir com números baixos neste ano, o governo se vê diante de um enorme desafio. Como continuar essa queda até 2020, para alcançar a meta de atingir a redução de 80% em relação aos níveis de 2005. Em termos numéricos, é preciso diminuir os níveis atuais em mais cerca de 40%. Mas se a velha estratégia de fiscalização, o chamado comando e controle, ainda vem funcionando, em bem pouco tempo ela precisará de uma reformulação, visto que o alvo da ação está mudando. Essa é a avaliação de ambientalistas e até do próprio governo sobre os desafios da nova etapa do Plano de Ação para Proteção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAM) - um grupo de ações aplicadas desde 2005 que progressivamente está contendo o corte ilegal da floresta. O

problema é que até agora o foco das atenções eram os grandes desmatamentos, que podiam ocorrer numa tacada só na ordem de centenas ou até milhares de hectares. Facilmente visualizados pelo sistema Deter, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Por outro lado, multas, limite a crédito, confisco de gado e de madeira, moratória da soja, criação de unidades de conservação, etc, acabaram contendo esse avanço. O que precisa ser combatido agora é o desmatamento menor, que segue acontecendo nas pequenas propriedades e nos assentamentos de reforma agrária. Ontem, em evento no Ministério do Meio Ambiente sobre dados do desmatamento, a própria ministra Izabella Teixeira reconheceu o problema. "Segundo André Lima, consultor de políticas públicas do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), hoje aproximadamente 60% do desmatamento que ocorre na Amazônia é inferior a 20 hectares. O Deter só detecta acima de 25 hectares. Fonte: *Jornal O Estado de São Paulo*, 01/08/2012, p. A16

### **Resíduos Sólidos.....**

#### **USP cria Centro Multidisciplinar de Estudos em Resíduos Sólidos**

A produção de lixo no Brasil está aumentando. Foram gerados 60,8 de toneladas - aproximadamente 7% a mais que em 2009 e seis vezes mais que o crescimento populacional do período. Mais de 40% dessa quantidade vai parar em lixões ou aterros controlados. O Centro Multidisciplinar de Estudos em Resíduos Sólidos (Cersol) da Universidade de São Paulo (USP) quer usar a expertise acadêmica para rever a situação. Mais de 50 pesquisadores estão em contato para debater o tema e colaborar em pesquisas, seminários e publicações. O objetivo é ampliar o conhecimento e encontrar soluções tecnológicas em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Fonte: *Jornal da USP* - 30/6 a 05/8 - pág. 04.

#### **Energia de lixo atrai investimento**

Uma nova onda de investimentos contagia grandes empresas de saneamento. Apesar de os projetos ainda não terem saído do papel, aportes expressivos estão sendo direcionados para uma área que poderá mudar o setor, com a transformação de resíduos em energia, seja em aterros já existentes ou novos. As vantagens econômicas estão implícitas, com o maior aproveitamento do lixo tratado, porém os custos elevados e a falta de incentivo estatal ainda despertam insegurança com relação à viabilidade dos projetos. O grupo Estre iniciou uma operação experimental em 2011 que, atualmente, passa por um processo de licenciamento com os órgãos ambientais. A usina terá capacidade para processar mil toneladas de lixo por dia, o que corresponde à geração de 500 toneladas ao dia de

unidade de valorização de resíduos (UVR). A empresa cearense Marquise busca há seis anos uma tecnologia para fazer o tratamento dos resíduos sólidos, mas considera o custo elevado ainda um entrave ao desenvolvimento do projeto. "uma unidade com capacidade para queima de 900 toneladas de lixo por dia e geração de cerca de 20 megawatts (MW) de energia custa em torno de € 210 milhões". Já a Essencis, joint venture formada pelos grupos Solví e Estre, está de olho nas oportunidades em biogás no aterro de Caieiras (SP), que recebe 8 mil toneladas de lixo ao dia. A empresa negocia a construção de uma termelétrica e também projeta a operação efetiva até 2015. Na prática, o aterro tem sua vida útil encerrada em 2030, mas pode gerar energia até 2045. A usina teria capacidade para abastecer uma cidade de 500 mil pessoas, com produção entre 25 e 30 megawatts hora (MWh). No pico, em 2030, o volume pode alcançar 40 MWh, atendendo 650 mil pessoas. A Sabesp já anunciou a intenção de constituir parceria com cinco municípios da região do Alto Tietê para a implantação de uma unidade de tratamento térmico de resíduos sólidos e geração de energia. Pelo contrato a ser firmado com Arujá, Biritiba Mirim, Guararema, Mogi das Cruzes e Salesópolis, as cidades transferem para a Sabesp a concessão dos serviços e a empresa ainda tem a possibilidade de estabelecer uma Parceria Público-Privada (PPP) para o projeto. A ideia é a Sabesp intermediar a PPP e participar da sociedade de propósito específico (SPE) minoritariamente. O projeto terá capacidade para receber 500 toneladas diárias de resíduos, gerar 12 megawatts e contará com investimentos de R\$ 120 milhões. A inauguração está prevista para 2015.

Fonte: *Jornal Valor Econômico*, 27/07/2012, *pág. B8*

### Após dois anos, Prefeitura de São Paulo lança Plano de resíduos sólidos sem metas

A dois dias do fim do prazo, a Prefeitura de São Paulo atendeu em 31 de julho apenas parcialmente à exigência da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), ao divulgar o projeto de gestão do lixo do município para as próximas duas décadas. O documento, publicado no Diário Oficial, não especifica metas ou custos de implantação em seu plano de ações. O projeto da capital paulista traz um diagnóstico da atual situação do setor e promete ampliar os programas de coleta já existentes. Segundo especialistas, no entanto, falha detalhamento de como essas medidas serão colocadas em prática. "O documento apresenta o que foi feito até agora, mas não mostra objetivos definidos ou quanto vai custar e de onde vão sair os recursos para as ações, por exemplo. Na minha avaliação, não serve de parâmetro", diz Carlos Silva Filho, diretor executivo da Associação Brasileira das Empresas de Limpezas Pública e

Resíduos Especiais (Abrelpe). A partir de 2 de agosto de 2012, os projetos serão pré-requisito para que os municípios recebam novos recursos do governo federal para investimentos na área de resíduos. No entanto, a simples apresentação dos planos não basta: eles devem preencher uma série de requisitos do PNRS para que sejam aprovados. Fonte: *Jornal O Estado de São Paulo*, 01/08/2012, *pág. A16*

### Sustentabilidade.....

#### Pequena mineração responsável

Dentre os vários Núcleos de Apoio à Pesquisa (NAP) criados recentemente no âmbito da Pró-Reitoria de Pesquisa da USP, está o NAP Pequena Mineração Responsável, que pretende apoiar o desenvolvimento de mineradores artesanais e garimpeiros para operações responsáveis de mineração de pequeno porte, levando em consideração desafios técnicos, ambientais, sociais, ocupacionais e econômicos da atuação desse setor.

Fonte: *Jornal da USP* - 30/6 a 05/8 - *pág. 06*

### Conselho Superior de Meio Ambiente (Cosema/Fiesp)

#### 'Governo favorece transporte individual em detrimento do coletivo', diz professor da USP

Em reunião do Cosema/Fiesp, Paulo Nascimento Saldiva alerta sobre problemas de saúde provenientes da falta de planejamento das grandes cidades



Da esq. p/ dir.: Paulo Saldiva, professor titular da USP; Walter Lazzarini, presidente do Cosema; e Celso Monteiro, vice-presidente do Cosema

O crescimento explosivo das grandes cidades, aliado aos problemas de locomoção ocasionados pelo uso excessivo do transporte individual, contribui para o aumento do nível de estresses, infartos, reações agressivas, crise de insônia e, conseqüentemente, a queda da expectativa de vida da população. O alerta é do professor titular da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), Departamento de Patologia Pulmonar, Paulo Hilário



Nascimento Saldiva, ao palestrar durante a reunião mensal do Conselho Superior de Meio Ambiente (Cosema) da Fiesp. O evento, realizado em 31/07, na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), discutiu os desafios e as soluções para a cidade metropolitana de São Paulo. De acordo com o professor titular Saldiva, as políticas públicas adotadas pelo governo estadual favorecem o transporte individual em detrimento do coletivo, piorando significativamente a mobilidade urbana da população paulistana. Segundo o professor especialista, nos últimos dez anos a frota automotiva da cidade de São Paulo aumentou 65%, enquanto o crescimento da população ficou em 12%. "É uma contradição discutir a redução de gases do efeito estufa e estimular a venda de veículos individuais por meio de incentivos fiscais", criticou o professor da USP. "Para construir um corredor de ônibus, é preciso fazer uma série de estudos ambientais. Já para a venda excessiva de automóveis, não existe nenhum estudo que calcule o impacto ambiental", salientou. O presidente do Cosema, Walter Lazzarini, observou que os investimentos no transporte coletivo ajudarão a melhorar a qualidade do ar. Como exemplo, citou a cidade de Curitiba (PR), que realizou uma série de ações ambientais que, ressaltou Lazzarini, "contribuíram para um aumento de três anos e meio da expectativa de vida dos seus habitantes". Uma alternativa para reduzir os problemas de mobilidade urbana, apontada pelo professor da USP, é a reocupação urbana da cidade de São Paulo das áreas centrais: "O centro está perdendo população enquanto você aumenta os índices habitacionais em lugares que não têm infraestrutura. Será que não é mais fácil criar uma política de recuperação do centro antigo e começar esta reocupação?", questionou.

#### Indústria sustentável

No entendimento do professor titular da USP, o governo deveria adotar políticas de incentivos fiscais que beneficiem as empresas que desenvolvam ações de sustentabilidade. "O Brasil não premia a virtude. Se você trabalhar o mínimo, está suficiente. Se você fizer a mais, não tem benefício nenhum. O problema não é a falta de tecnologia, mas de incentivos financeiros para empresas sustentáveis", apontou. No final da palestra, Paulo Saldiva agradeceu o convite da Fiesp e afirmou que a entidade é uma força importante na criação de ações que convertam em melhorias para cidade de São Paulo. "A saúde não cabe mais na saúde. E uma das forças para que você aplique o medicamento correto no paciente. No caso da cidade de São Paulo, são os empresários e a Fiesp. Ela [federação] tem voz ativa, já que participa do problema e da solução", concluiu.

Fonte: Fiesp, <http://bit.ly/Okksqt>.

## Departamento de Meio Ambiente (DMA/Fiesp)

### Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Em 19 de julho, o DMA esteve presente à reunião realizada em Brasília/DF, quando na ocasião, foi discutido o programa de parceria com a Agência Nacional de Águas (ANA) e a CNI para identificação e custeio de projetos de Produção Mais Limpa (P+L).

### Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim) – Comissão de Meio Ambiente

Em 02 de agosto, o DMA esteve presente à reunião da Comissão de Meio Ambiente da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim). A reunião foi realizada na sede da Abiquim, em São Paulo, quando foram apresentados os principais aspectos constantes da Minuta de Decreto que disporá sobre os Novos Padrões de Qualidade do Ar no Estado de São Paulo, cujo o texto foi aprovado pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente – Consema, em 13 de junho último (Deliberação Consema 25/12).

### Extensão Tecnológica Fiesp / Ciesp / Senai

Em 07 de agosto, o DMA esteve presente ao Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) Sorocaba/SP para acompanhar o lançamento da primeira etapa do Programa de Extensão Tecnológica Fiesp/Ciesp/Senai que contempla reuniões de sensibilização e mobilização nos principais polos industriais do Estado para o tema inovação. Também integram o projeto a Agência de Inovação da Universidade Estadual de São Paulo (USP) e o Sebrae-SP. Além das empresas industriais de Sorocaba, o programa atende indústrias do ABCD, Guarulhos, Campinas, Piracicaba e Osasco (Cotia e Zona Oeste da Capital).

## Fóruns Ambientais

### ISO/TC 207 - Bangkok, Tailândia.

#### Grupo-Tarefa do SC03 – Rotulagem ambiental



Em 26 de junho, o DMA participou da reunião deste grupo, no âmbito da 19ª reunião plenária do Comitê Técnico de Gestão Ambiental da ISO, o TC 207, que tratou da proposta de revisão da Série ISO 1402X (ISO 14021, 22, 24 e 25),



sobre rotulagem ambiental. A ideia foi esboçar uma resolução ao SC03 sobre a revisão, tendo como ponto de partida as respostas a um questionário feito aos membros do Comitê, cujo objetivo foi de subsidiar a discussão e tomada de decisão, bem como estabelecer uma agenda de revisão. Em resumo, após apresentação e discussão dos resultados da pesquisa, o subcomitê SC03 decidiu que, na revisão, a estrutura das normas deverá permanecer a mesma, deverá haver mais interação com o subcomitê de avaliação do ciclo de vida de produto e outros comitês e subcomitês que proponham comunicação em produto ou sobre organizações, acerca de critérios ambientais, seja ao longo do ciclo de vida do produto ou não. Definiu-se, ainda, que o SC03 deverá ser o único a tratar de comunicação sobre produtos e organizações e que os símbolos definidos por consenso deverão ser utilizados/referenciados em outras normas, fazendo-se referência às normas de pegadas de carbono e hídrica, entre outras. Teve destaque também a decisão sobre dar mais atenção às pequenas e médias empresas, para que possam utilizar essas normas, para as quais serão elaboradas diretrizes específicas de uso; a inserção de critérios de sustentabilidade nas normas, o que é diretriz geral do TC207 para todos os subcomitês; e a consideração da comunicação, no âmbito de um SGA, sobre a rotulagem ambiental, quando uma organização que possui selos tipos I, II e III for também certificada segundo a ISO 14001.

#### Subcomitê 01- SC01 – Sistema de Gestão Ambiental

De 26 a 28 de junho, ocorreram reuniões deste subcomitê, que deu continuidade à revisão da ISO 14001 e ISO 14004, iniciada em 2012, em Berlim. Teve destaque o método que procurou integrar, ao trabalho de revisão, os critérios e as recomendações de duas fontes importantes, aprovadas em 2010, quais sejam: o relatório sobre os desafios futuros da ISO 14001; e a superestrutura para normas de sistemas de gestão (da qualidade, ambiental e de saúde e segurança), bem como as normas de auditoria de sistemas de gestão, segundo a qual se definiu uma estrutura base e que deverá ser comum a todas as normas de sistemas de gestão, de modo que se possam auditá-las de forma mais eficiente, estabelecendo-se mais facilmente as correlações adequadas entre os sistemas de gestão segundo a ISO 9001, a ISO 14001 e a OHSAS 18001. Neste período, então, avaliou-se a pertinência e a aplicabilidade das recomendações a cada uma das cláusulas das normas, bem como a forma de se tratar as alterações na estrutura, previstas na norma de superestrutura para normas de sistemas de gestão.

#### Plenária final do comitê do Subcomitê - SC05 (Avaliação do ciclo de vida de produto) e do Grupo de Trabalho 08 - WG8 (Pegada Hídrica)

Em 29 de junho, o DMA esteve presente na plenária final do comitê, em que foram apresentadas todas as atividades dos sete subcomitês bem como de grupos e forças e grupos-tarefa. Como destaque desta plenária, pode-se citar a formação de um grupo de estudos para viabilizar a votação de uma nova proposta de estágios sequenciais na elaboração das normas no âmbito do TC 207, cuja principal mudança prevista é a eliminação do estágio *Committee Draft* (CD, minuta de comitê, que segue o estágio *Working Draft* - WD, minuta de grupo de trabalho de especialistas, aprovados pelo comitê/subcomitê), propondo-se ir de WD diretamente para *Draft International Standard* (DIS, minuta de norma internacional). Vários especialistas ressaltaram que esta mudança pode gerar um menor período de controle da norma por parte do comitê, com várias consequências. Esta proposta ainda será submetida a voto dos países membro do TC 207. Em 30 de junho, houve reunião do Grupo de Trabalho 08 (WG8) do Subcomitê 05 – Avaliação do ciclo de vida, sobre a norma de pegada hídrica, em que se deu continuidade à elaboração da norma, agora em fase de CD2 (minuta de comitê nº2).

#### **Conselho Temático de Meio Ambiente (Coema/CNI)**

##### 3ª reunião da regional Sul-Sudeste

Em 03 de agosto, o DMA esteve presente à 3ª reunião do Coema regional das Federações das Indústrias dos Estados do Sul-Sudeste, em Porto Alegre/RS. No evento, foram discutidos temas relativos a: rotulagem ambiental e certificação em Produção Mais Limpa, licenciamento nos municípios gaúchos, desoneração e isenção de tributos para o setor de material reciclado. Participaram da reunião os conselheiros das respectivas Federações, representantes da Assembleia Legislativa e da Secretaria de Meio Ambiente do Rio Grande do Sul, representantes da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial, no Brasil (Unido), do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC), do Ministério de Meio Ambiente (MMA), do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), da Associação Brasileira de Norma Técnicas (ABNT), da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam), Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Porto Alegre, entre outros. Um dos principais focos da reunião foi a certificação ambiental, por meio de selo nacional, para sistemas e produtos de empresas, de grande interesse para o comércio nacional e internacional, nele incluído o Mercosul. Ressaltou-se a necessidade de que esta certificação seja voluntária e baseada em critérios

ambientais já consagrados. O assunto ainda deverá ser mais aprofundado no Conselho. A data da próxima reunião do Coema/Sul-Sudeste em 2012 é 03 de outubro, em Curitiba/PR.

### **Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema)**

#### 297ª Reunião Ordinária do Plenário

Em 17 de julho, o DMA esteve presente à esta reunião, ocasião em que o Plenário deliberou: por aprovar a viabilidade ambiental da ampliação do Terminal Marítimo em Santos/SP; pelo envio da Minuta de Decreto que dispõe sobre diretrizes e procedimentos para a proteção da qualidade do solo e gerenciamento de áreas contaminadas à Comissão Temática de Normatização e Processante do Consema, a qual terá um prazo de 60 dias para emitir sua manifestação; e aprovação da moção a favor da necessidade de aumentar o teor de álcool anidro na gasolina.

#### Comissão Temática de Biodiversidade, Florestas e Áreas Protegidas

Em 04 de julho, o DMA esteve presente à reunião, ocasião em que os membros da Comissão iniciaram as discussões sobre o Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Corumbataí, Botucatu e Tejuapá, de responsabilidade da Fundação Florestal. O DMA esteve presente em reunião desta mesma Comissão, também no dia 24 de julho, na qual seus membros deram continuidade às discussões sobre o Plano de Manejo acima citado.

#### Comissão Temática de Normatização e Processante

Em 26 de julho, o DMA esteve presente à reunião, ocasião em que foram retomados os trabalhos da Comissão e eleito seu novo presidente. A partir da próxima reunião, acontecerá a discussão sobre a Minuta de Decreto sobre Áreas Contaminadas e posteriormente se dará continuidade aos trabalhos referentes aos critérios para o licenciamento ambiental municipal.

### **Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH)**

#### Câmara Técnica de Proteção das Águas (CT-PA)

Em 11 de julho, o DMA esteve presente à reunião realizada na Secretaria de Meio Ambiente (SMA) em São Paulo/SP. Na ocasião, foram discutidas as sugestões para a proposta do Programa de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), por proteção à Biodiversidade e aos Recursos Hídricos.

#### Câmara Técnica de Planejamento (CT-Plan)

Em 13 de julho, o DMA esteve presente à reunião realizada no Centro Tecnológico de Hidráulica da Universidade de São

Paulo (USP). Onde foi discutida e formalizada a recomposição dos representantes da Sociedade Civil, para participação nas Câmaras Técnicas do Conselho de Recursos Hídricos (CRH).

#### Câmara Técnica de Usuários Múltiplos (CT-UM) e Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CT-AS)

Em 19 de julho, o DMA esteve presente à reunião realizada no Centro Tecnológico de Hidráulica, na Cidade Universitária/SP. Na ocasião, foram discutidas as metodologias de elaboração das diretrizes para as questões do reúso de água, bem como, a forma de priorizar os projetos relacionados com as questões das águas subterrâneas.

### **Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Cades)**

#### 31ª Reunião Plenária Extraordinária

Em 1º de agosto, o DMA esteve presente à reunião realizada na Escola de Astrofísica, localizada no Parque do Ibirapuera/SP. Na ocasião, foi apreciado o Parecer Técnico do Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, sobre o Projeto Nova Luz. Após amplo debate, o projeto teve a Licença Ambiental Prévia aprovada.

### **Comitê para Integração do Rio Paraíba do Sul (Ceivap)**

#### Câmara Técnica Consultiva (CTC)

Em 10 de julho, o DMA esteve presente à reunião realizada em Resende/RJ. Na ocasião, foi analisado o diagnóstico do estudo de macrófitas contratado pelo Comitê.

### **Comitê de Bacia Hidrográfica do Paranapanema (CBH-Paranapanema)**

#### Reunião de Solenidade e Posse da Diretoria Provisória

Nos dias 17 e 18 de julho, o DMA esteve presente ao Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar), em Londrina/PR, para participar da reunião do grupo de apoio e solenidade de posse da Diretoria Provisória e posse do grupo de apoio do CBH-Paranapanema Federal.

### **Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Grande (CBH-Grande)**

#### Reunião de Trabalho do CBH-Grande

Em 03 de julho, o DMA esteve presente no Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), em Belo Horizonte/MG, para participar do balanço das Plenárias Estaduais e da composição do CBH-Grande; do programa e da posse e eleição da Diretoria (mandato 2012-2016); e definição de responsabilidades pelas atividades a serem desenvolvidas até a posse do primeiro plenário do Comitê.

**Comitê de Bacia Hidrográfica do Aguapé e Peixe (CBH-AP)**

Reunião Conjunta da Câmara Técnica de Planejamento e Avaliação (CT-PA) e Grupo de Técnico de Cobrança (GT-Cob)

Em 11 de julho, o DMA esteve presente à Secretaria de Estado de Educação, em Marília/SP, para participar da 14ª Reunião da Câmara Técnica de Planejamento e Avaliação (CT-PA), e também da 11ª Reunião do Grupo Técnico de Cobrança (GT-Cob).

**Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Paranapanema (CBH-ALPA)**

Grupo Técnico de Cobrança (GT-Cob)

No dia 5 de julho, o DMA esteve em Pirajú/SP, para reunião em que foi feita uma apresentação dos trabalhos realizados na parametrização da cobrança pelo uso da água.

**Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê (CBH-AT)**

Câmara Técnica de Planejamento e Gestão (CT-Plan)

Em 12 de julho, o DMA esteve presente à reunião realizada na Fundação Agência de Bacia Hidrográfica do Alto Tietê (Fabhat) em São Paulo/SP. Na ocasião, foi apresentada a minuta da lei específica sobre a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais do Sistema Produtor do Alto Tietê (APRM-SPAT).

**Comitê da Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul (CBH-PS)**

Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL)

No dia 06 de julho, o DMA esteve presente à reunião, realizada em Taubaté/SP. Na ocasião, foi discutida a revisão do roteiro para elaboração dos Planos de Bacia.

**Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ)**

Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL)

No dia 06 de julho, o DMA esteve em Atibaia/SP para reunião em que foi realocada parte dos recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) 2012 para realização do X Diálogo Interbacias de Educação Ambiental em Recursos Hídricos, dentre outros assuntos discutidos.

Grupo Técnico de Empreendimentos

No dia 10 de julho, o DMA esteve presente à reunião em que foi feita a análise do licenciamento ambiental prévio para ampliação industrial e expansão agrícola da companhia Paraíso Bioenergia. Também foram realizadas as tratativas do 1º Simpósio dos Comitês PCJ: "Gestão das Águas - Construindo o Futuro Sustentável".

**Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB)**

Em 11 de julho, o DMA esteve presente à reunião em que foi feita a apresentação dos resultados do Grupo Técnico de Cobrança (GT-Cob).

**Comitê das Bacia dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ)**

Em 25 de julho, o DMA esteve presente ao Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) Jundiá/SP para reunião em que foram apresentados os trabalhos conduzidos pelo Grupo Técnico da Cobrança (GT-Cob) e pela Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB) do Comitê.

**1º Simpósio do Comitê PCJ**

Nos dias 02 e 03 de agosto, o Coordenador Regional do DMA, Roberto Polga, palestrou sobre os temas "Perdas de água na indústria" e "Reúso de água na indústria", durante a realização do 1º Simpósio do Comitê PCJ.

**Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados (CBH-SJD)**

Grupo Técnico Estudo de Cobrança da Água (GT-ECA)

Em 24 de julho, o DMA esteve presente à reunião realizada em Jales/SP. Na ocasião, foi realizada a terceira apresentação do estudo de fundamentação da cobrança pelo uso da água na Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados.

**Comitê de Bacia Hidrográfica do Sapucaí Mirim Grande (CBH-SMG)**

Câmaras Técnicas do CBH-SMG

Em 26 de julho, o DMA esteve presente à reunião realizada em Franca/SP. Na ocasião, foi realizada apresentação da Minuta da Deliberação que define o conteúdo mínimo dos Planos de Bacias, dentre outros assuntos discutidos.

**Comitê da Bacia Hidrográfica do Sapucaí Mirim Grande (CBH-SMG)**

Em 30 de julho, o DMA esteve presente à reunião realizada na Secretária Executiva do CBH-SMG, em Franca/SP. Na ocasião, foram definidas as participações dos representantes do CBH-SMG no Comitê Federal do Rio Grande.

**Comitê da Bacia Hidrográfica do Sorocaba e Médio Tietê (CBH-SMT)**

Reunião Intercâmaras

Em 17 de julho, o DMA esteve presente à reunião de Coordenadores das Câmaras Técnicas do Comitê, em Votorantim/SP para analisar e propor alterações e correções na atualização da deliberação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH) que trata do conteúdo mínimo que



um plano de bacias deve conter. Em 31 de julho, o DMA esteve presente à reunião desse mesmo comitê, realizada em São Pedro/SP. Na ocasião, foram apreciadas as deliberações que tratam da nomeação da nova diretora técnica da Agência de Águas e aprovações de projetos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro).

### Comitê de Bacia Hidrográfica do Turvo Grande (CBH-TG)

#### Grupo de Trabalho do Estudo de Cobrança da Água (GT-ECA)

Em 05 de julho, o DMA esteve presente no Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), em São José do Rio Preto/SP, para reunião sobre os estudos de fundamentação da cobrança.

#### 45ª Reunião Extraordinária

Em 25 de julho, o DMA esteve presente à reunião realizada no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), em São José do Rio Preto/SP. Na ocasião, foi apresentado o Acordo de Cooperação Técnica (Pacto para Gestão Integrada dos Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Grande) e discutida a organização do X Diálogo de Interbacias de Educação Ambiental.

### Compesca/Fiesp

#### GT de Legislação e Licenciamento

Em 03 de agosto, o DMA esteve presente à reunião do Grupo de Trabalho de Legislação e Licenciamento do Comitê de Pesca (Compesca) da Fiesp.

## Casos de sucesso

### Reutilização de 100% de água de reúso

#### Empresa: Pirelli Pneus Ltda

A Pirelli é uma empresa multinacional italiana consagrada na indústria de pneus, com 139 anos de tradição. Possui 19 unidades industriais em 11 países (Alemanha, Itália, Reino Unido, Brasil, Argentina, Venezuela, Estados Unidos, Romênia, Turquia, Egito e China) e atividades comerciais em mais de 160 nações dos cinco continentes. A fábrica da Pirelli Pneus, unidade de Campinas, produz pneus para veículos de passeio e caminhonetes, com atividades desde 1940.

#### Descrição das Medidas Adotadas

O projeto consistiu na implantação de um sistema para a reutilização de 100% do volume de efluente tratado internamente, ocasionando a redução de aproximadamente 30% da captação de água necessária à planta. A primeira fase do projeto consistiu na construção e implantação da infraestrutura necessária ao sistema de reúso composto

por: um tanque com capacidade de 300 m<sup>3</sup> para armazenamento do efluente tratado que será reutilizado (Tanque de Reúso), um filtro de areia e um filtro de carvão ativado para "polimento" final da água. Na segunda fase, foi identificada a necessidade de um controle visual da qualidade da água de reúso, decidindo-se assim, pela implantação de um controle biológico. Também foram realizadas ações de educação ambiental entre os funcionários e escolas da região.

### Resultados Ambientais e Econômicos

Com a implementação do projeto, foi possível obter 100% de reúso do efluente tratado, a redução de 35% da captação do Rio Capivari e a redução de 19,7% do índice de consumo de água por tonelada de volume de produção. Já o programa de educação ambiental mostrou ser uma ótima ferramenta para buscar a conscientização e o comprometimento de toda a população da fábrica com as metas e ações envolvendo a gestão interna de água.

## Bolsa de Resíduos



TIPO	NOME	QTDE	PREÇO	DATA
<b>Plásticos</b>				
Procura	Sucatas de BOPP e TNT	30 Ton./mês	A Negociar	20/06
Procura	P E	100 Ton./mês	Doação	05/07
Procura	Polietileno Baixa Densidade	40.000 Kg/mês	US\$ 1,5 Gramas/A vista	26/07
Procura	Apara pe	15 Ton./Sem.	A Negociar	26/07
<b>Resíduo Químico</b>				
Procura	Resíduo de Acido Fosfórico	10 Ton./mês	Doação	25/07
<b>Óleos</b>				
Oferta	Óleo BPF	3600 l	Doação	18/06
<b>Bombonas Plásticas</b>				
Oferta	Bombonas Plásticas	1000 Outro/Anual	A Negociar	11/07
<b>Outros</b>				
Oferta	Lodo Galvânico	250 Ton./Ano	US\$ 23 Ton	11/07

Para mais informações acesse:

<http://apps.fiesp.com.br/bolsaresiduos/>



**Câmara Ambiental da Indústria Paulista (Caip/Fiesp)****Câmara Ambiental da Indústria Paulista**

Em 17 de agosto, acontece à 4ª reunião da Comissão de Análise de Ciclo de Vida (ACV) da Caip, na sede da Fiesp. Na ocasião serão discutidas a atualização das ações do Programa Brasileiro de ACV e encaminhamento das ações planejadas da Comissão.

**Artigo****Ações coordenadas na logística reversa**

Eletroeletrônicos, lâmpadas, medicamentos, embalagens em geral (exceto de produtos perigosos), óleos lubrificantes, pneus, pilhas e baterias, embalagens de defensivos agrícolas. O que esses produtos têm em comum? Todos, no fim de vida útil, devem ser devolvidos. Mas devolvidos a quem? Aos comerciantes e distribuidores que os colocaram no mercado. E então? Comerciantes e distribuidores os devolvem para fabricantes e importadores, para que estes providenciem destinação ambiental adequada. Essa sistemática de logística reversa está prevista na Lei nº 12.305, de 2010, nossa Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), consolidando a responsabilidade ambiental pós-consumo. Para os segmentos de defensivos agrícolas, pneus, pilhas e baterias (de composições específicas) e óleos lubrificantes, a logística reversa não é novidade. Há muito esses setores têm obrigação legal, prevista em normas federais esparsas, de dar destinação ambientalmente adequada aos resíduos de seus produtos e/ou embalagens após uso e devolução pelo consumidor. Se cada Estado e o Ministério Público impuser uma obrigação, as empresas não conseguirão cumprir. Para os demais segmentos, apesar de existirem normas estaduais e municipais de logística reversa, em sua maioria, elas não "saíram do papel". Esse cenário ambiental normativo é compatível com nossa Constituição Federal: competência legislativa concorrente e interesse local. Porém, na prática, a existência de inúmeras normas nas diferentes esferas para regular um único comportamento do setor empresarial tem efeito devastador: efetividade

praticamente nula (no jargão jurídico: eficácia contida e limitada e aplicabilidade mediata e reduzida), propiciando insegurança jurídica. Com a publicação da PNRS, em 2010, esperava-se que os agentes ambientais atuassem coordenadamente: Ministério do Meio Ambiente (MMA) alinharia a estrutura da logística reversa no país conjuntamente com Estados, municípios e Ministério Público. Ou seja, até a assinatura dos acordos setoriais, as discussões estariam concentradas na esfera federal. Naturalmente, após a assinatura dos acordos, conforme previsto na PNRS e em nossa Constituição, discussões regionais ou locais ocorreriam, mas já teríamos diretrizes gerais e viabilidade técnico-econômica comprovada para cada segmento. Daí em diante, especializações das tratativas via Estados, municípios ou Ministério Público seriam razoáveis. Afinal, se a finalidade da PNRS é o gerenciamento ambiental adequado dos resíduos pós-consumo, melhor seria termos norma federal eficaz regendo o sistema de logística reversa do que milhares de ações esparsas, certo? Errado! Hoje, a realidade é: enquanto o setor empresarial discute a logística reversa no Ministério do Meio Ambiente, alguns segmentos enfrentam: (i) ação civil pública, demandando implantação/expansão de sistema de logística reversa e prestação de informações aos consumidores; (ii) termo de ajustamento de conduta para implantação/expansão de sistema de logística reversa com obrigações que extravasam a responsabilidade compartilhada prevista na PNRS; (iii) termos de compromisso para implantação/expansão de sistema de logística reversa. Ora, se cada Estado e Promotoria decidir impor obrigação de logística reversa específica, certamente, o setor empresarial não conseguirá cumpri-la. Vejamos: o setor empresarial firmaria 26 termos de compromisso estaduais, 26 termos de ajustamento de conduta com o Ministério Público (mesmo esse não sendo o instrumento adequado) e mais, quem sabe, por volta de 5.500 termos de compromisso com nossos municípios? Seria este realmente o cenário almejado pelo legislador ambiental? Será que assim caminharemos para o desenvolvimento sustentável? Na minha opinião, não. Se esse for o desfecho, sairemos todos perdendo: o setor empresarial, porque estará sujeito a penalidades por descumprimento, o governo, porque não conseguirá implantar adequadamente a política pública ambiental de responsabilidade pós-consumo, o Ministério Público, porque ao atuar como fiscal da lei acabou tornando-a inócua, e, pior, a sociedade, porque o tão almejado desenvolvimento sustentável continuará uma utopia. Na minha experiência diária com a questão da logística reversa em diversos segmentos, deixo aqui uma sugestão de reflexão: que tal Estados, municípios, MMA e Ministério Público agirem coordenadamente nas

discussões dos acordos setoriais para que nosso país estruture sistemas de logística reversa viáveis e efetivos que propiciem a não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento, destinação de resíduos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos?

Fonte: *Jornal Valor Econômico*, 17/07/2012, pág. E2

Por Ana Luci Limonta Esteves Grizzil, coordenadora da área ambiental do Veirano Advogados, especialista em direito ambiental pela Faculdade de Direito e Faculdade de Saúde Pública da USP e mestre em direito pela PUC-SP

## Eventos\*

### Reúso de Água e Efluentes Industriais

**Realização:** Fiesp e Ciesp

**Data:** 30 de agosto de 2012

**Horário:** 18:30 as 21:30

**Local:** Auditório do Ciesp de Jundiaí

**Endereço:** Av. Navarro de Andrade s/n - Jundiaí/SP

**Inscrições e Informações:** <http://bit.ly/QmgnhX>

### Uma reflexão sobre a RIO+20

**Data:** 23 de agosto de 2012

**Horário:** 8:30 às 18:30

**Local:** Fapesp

**Endereço:** Rua Pio XI, 1500 Lapa – São Paulo/SP

**Inscrições e Informações:** <http://bit.ly/OnLAF1>

### Maximize os resultados do seu negócio com Ações Corretivas e Preventivas da ISO 9001

**Data:** 23 de agosto de 2012

**Horário:** 8:00 às 11:30

**Local:** Grand Hotel Royal

**Endereço:** Rua Dr. Álvaro Soares, 451 - Sorocaba/SP

**Inscrições e Informações:** <http://bit.ly/RZRZOJ>

### Encontro dos Profissionais de Sustentabilidade

**Realização:** Instituto Mais

**Data:** 23 de agosto de 2012

**Horário:** 9:00 às 21:30

**Local:** Auditório da Universidade Anhembi Morumbi

**Endereço:** Rua Caso do Ator, 275 - Vila Olímpia/SP

**Inscrições e Informações:** <http://bit.ly/QD8yIq>

### Benefícios da Automação de Processos no Tratamento de Água e Efluentes

**Data:** 29 de Agosto de 2012

**Horário:** 08:00 - 16:30

**Local:** Festo Brasil

**Endereço:** R. Giuseppe Crespi, 76 - Jd. Santa Emília / SP

**Inscrições e Informações:** <http://bit.ly/R54xKl>

### Palestra avaliação de áreas contaminadas

**Data:** 31 de Agosto de 2012

**Horário:** 9hs às 12hs

**Local:** Sindicato dos Químicos de São Paulo

**Endereço:** Rua Líbero, 152 / SP

**Inscrições e Informações:** <http://bit.ly/QvaFAV>

### Mobilizações Sociais e Sustentabilidade

**Data:** 02 Setembro a 02 Outubro de 2012

**Horário:** 12:00 as 20:00

**Local:** Espaço Matilha Cultural

**Endereço:** Rua Rego Freitas, 542- Vila Albuquerque/ SP

**Inscrições e Informações:** <http://bit.ly/obCRrf>

\*gratuitos

## Legislação Ambiental Diplomas Legais Recentes

### Federal

**Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) nº. 452, de 2 de julho de 2012** - Dispõe sobre os procedimentos de controle da importação de resíduos, conforme as normas adotadas pela Convenção da Basileia sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito.

**Portaria do Ministério de Meio Ambiente (MMA) nº. 218, de 27 de junho de 2012** - Reinstituí, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, o Grupo de Trabalho Interinstitucional de Atividades de Exploração e Produção de Óleo e Gás (GTPEG), com o objetivo de apoiar tecnicamente a interlocução com o setor de exploração e produção de petróleo e gás natural, em especial no que se refere às análises ambientais prévias a definição de áreas para outorga e às recomendações estratégicas para o processo de licenciamento ambiental dessas atividades no território nacional e águas jurisdicionais brasileiras.

### Projetos de lei (PL)

**PL nº. 4235/2012** - Dispõe sobre a proibição da comercialização de peças usadas de veículos automotores e dá outras providências.

**PL nº. 4194/2012** - Dispõe sobre obrigatoriedade da fabricação, distribuição e utilização de sacolas plásticas fabricadas em material degradável ou oxi-biodegradável, polipropileno, poliestireno, propileno, polietileno ou outros materiais, no padrão de cores estabelecido pela Resolução

nº 275, de 25 de abril de 2001, do Conselho Nacional do Meio-Ambiente (Conama).

**PL nº. 4109/2012** – Institui o Programa Nacional de Conservação, Uso Racional e Reaproveitamento das Águas.

## Estadual (SP)

**Portaria conjunta do Coordenadoria de Fiscalização Ambiental (CFA) / Comando do Policiamento Ambiental (CPAmb) nº. 1, de 19 de junho de 2012** – Cria Grupos de Trabalho para os estudos e propostas necessários ao planejamento das Macroções da Política de Fiscalização Ambiental do Estado de São Paulo, a ser elaborada de forma conjunta entre representantes da Coordenadoria de Fiscalização Ambiental (CFA) e do Comando do Policiamento Ambiental (CPAmb).

**Resolução da Secretária de Verde e Meio Ambiente (SMA) nº. 58, de 12 de julho de 2012** – Classifica as sub-regiões do Estado de São Paulo, quanto ao grau de saturação da qualidade do ar.

**Deliberação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH) nº. 145, de 26 de junho de 2012** – Atribui à Câmara Técnica de Gestão de Usos Múltiplos de Recursos Hídricos (Ctum) a proposição de regulamentação para o reúso não potável de água.

**Deliberação CRH nº. 142, de 26 de junho de 2012** – Prorroga a validade dos Planos de Bacias Hidrográficas das vinte e duas Unidades Gestoras de Recursos Hídricos (UGRHIs) do Estado de São Paulo, e dá outras providências.

**Decisão da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) nº. 195, de 4 de julho de 2012** – Dispõe sobre a aprovação dos procedimentos para o controle de Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRA), firmados com o extinto Departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais (DEPRN).

**Decisão Cetesb nº. 193, de 4 de julho de 2012** – Dispõe sobre a alteração da composição do Grupo Gestor de Áreas Contaminadas Críticas (GAC), de que trata a Decisão de Diretoria 103/2007/C/E, de 22/06/2007.

## Nota de Esclarecimento

### **Cetesb alerta contra uso indevido de nome da instituição por estelionatários**

Caso sofram abordagens suspeitas, empreendedores devem buscar orientação junto à Cetesb

O prestígio e a respeitabilidade que a Cetesb goza junto ao público têm sido utilizados de forma inescrupulosa por estelionatários e outros indivíduos com finalidades escusas. Por este motivo, a Cetesb alerta a população, e principalmente os empreendedores para se precaverem sempre que sofrerem alguma abordagem suspeita, oferecendo facilidades na emissão de licenças ambientais ou algum tipo de serviço envolvendo o nome da instituição. Para obter mais informações, procure a agência mais próxima da Cetesb no site [www.cetesb.sp.gov.br](http://www.cetesb.sp.gov.br). O caso mais recente envolve um fabricante de equipamentos de proteção individual, cujos clientes receberam ofícios em papel timbrado com o logotipo da CETESB grosseiramente falsificado, informando que os produtos dessa empresa expunham os trabalhadores ao “perigo de vida”. A falsificação é evidente, pois, além do papel utilizado não seguir o padrão adotado pela Cetesb, o documento é assinado por um “diretor” cujo nome é totalmente desconhecido na companhia. As empresas receberam, também, documento com o mesmo teor cujo remetente seria o Ministério Público do Estado de São Paulo, que pelas suas características denota ser, igualmente, uma falsificação grosseira. A Cetesb, por intermédio de seus departamentos de Auditoria e Jurídico, em contato com os envolvidos, levantou as informações disponíveis e comunicou as autoridades policiais para que sejam tomadas as providências pertinentes. O mesmo encaminhamento foi dado a dois outros casos semelhantes, envolvendo duas empresas que também atuam na área de segurança do trabalho, vítimas igualmente da mesma prática difamatória. É por este motivo que a companhia alerta a população contra tais práticas, com o uso indevido da marca Cetesb, o que configura crime de falsidade ideológica com finalidades escusas. Há casos em que estelionatários se apresentam como agentes da Cetesb. É o que aconteceu em setembro do ano passado, em que um grupo de pessoas vestidas como funcionários da Cetesb visitava empresários nas imediações do Shopping Center Norte, onde foi detectada a presença de gás metano. Esse grupo notificava os empresários, alertando-os dos riscos de explosões e da necessidade de proceder à remediação da área eliminando os focos de gases. Através de investigação feita pela Corregedoria Geral da Administração, os estelionatários foram indetificados e presos.

Fonte: Cetesb, <http://bit.ly/O3XQfi>